

O golpe de 1964 e a atuação política da Campanha da Mulher pela Democracia em Santa Catarina

MICHEL GOULART DA SILVA*

Resumo

Neste artigo são discutidas as mobilizações políticas da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) em Santa Catarina e seu apoio ao golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart em 1º de abril de 1964. A CAMDE apareceu no cenário político do Brasil em 1962, como oposição à indicação de Santiago Dantas para primeiro-ministro do governo João Goulart. Em Santa Catarina, destaca-se o nome de Edith Gama Ramos, esposa do governador Celso Ramos, como uma das líderes locais do CAMDE. Partindo da análise dos discursos disponíveis na imprensa periódica do período, este artigo discute o ideário dessa organização, destacando-se elementos como a defesa dos “sentimentos cívicos, democráticos e espirituais do Brasil” feitos pela “mãe cristã”, que expressava uma “repulsa frontal ao comunismo”.

Palavras-chave: CAMDE; Anticomunismo; Golpe de 1964; João Goulart.

Abstract

This article discusses the political mobilization of the Women's Campaign for Democracy (CAMDE) in Santa Catarina and its support to civilian-military coup that overthrew President João Goulart in April 1, 1964. The CAMDE appeared on the political scene in Brazil in 1962, as opposed to the appointment of Santiago Dantas for Prime Minister João Goulart government. In Santa Catarina, we highlight the name Edith Gama Ramos, wife of Governor Celso Ramos as one of the local leaders CAMDE. Among pronouncements in the press and speeches, we find the documents that organization defending the "civic, democratic and spiritual feelings of Brazil" made by this "Christian mom", expressing a "front revulsion against Communism."

Key words: CAMDE; Anticommunism; 1964 coup; João Goulart.



* MICHEL GOULART DA SILVA é Doutorando em História – UFSC.

Em discurso pronunciado durante a realização, em Florianópolis, da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 17 de abril de 1964, e posteriormente difundido pela imprensa catarinense, Edith Gama Ramos, então primeira-dama de Santa Catarina e uma das líderes locais da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), congratulava-se com a vitória do movimento civil-militar que dias antes havia derrubado o presidente João Goulart. Nesse discurso, colocando-se no papel de “mãe cristã e de esposa do Governador do Estado”, exaltava o “povo que não nasceu para escravo, porque soube criar, em quatro séculos, um processo inteiro e autêntico de civilização”. No final do discurso, dirigindo-se às mulheres de Santa Catarina, depois de garantida a “segurança da Pátria livre” da “revolução de 1964”, afirmava “que as minhas, sejam, também, as vossas preces, para que ilumine nosso eminente Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a quem o Brasil, neste instante, confiou a salvaguarda de suas tradições cristãs e democráticas”.¹

Essas palavras da primeira-dama de Santa Catarina expressavam alguns dos principais fundamentos do pensamento conservador que naquele contexto unificaram civis e militares no apoio ao golpe: os valores cristãos, o combate ao comunismo e certa noção de democracia e liberdade influenciada pelo contexto de Guerra Fria. Para os civis e militares golpistas, João Goulart, em função de sua campanha em defesa das reformas de base, de sua proximidade com os setores sindicais e da suspeita de infiltração comunista em

seu governo, seria um risco à estabilidade econômica, social e política do Brasil (FERREIRA, 2003).

Na luta contra esse suposto risco, levantavam-se numerosos grupos, entre eles a Ação Democrática Popular, que afirmava em sua carta de princípios

lutar contra a infiltração comunista em nossa pátria, que se esforça para seduzir o povo, pregando reformas sociais a cuja execução os próprios comunistas constituem o maior entrave por saberem que jamais conseguiram o poder onde existia a justiça social e econômica.²

Nesse mesmo sentido, diante das eleições legislativas realizadas em outubro de 1962, a maçonaria catarinense, por meio de declaração conjunta da Grande Loja de Santa Catarina e do Grande Oriente de Santa Catarina, alertava para uma “grande batalha que trava o país contra as forças do obscurantismo e da ignomínia, que a todo custo querem miná-lo pelo estrangulamento, paulatino e impiedoso, de todas as suas expressões mais viva”, cabendo “às entidades cívicas, culturais, religiosas, filantrópicas, filosóficas, parcela relevante de responsabilidade no combate sem quartel àquelas forças desencadeadas pelos inimigos da Pátria brasileira”.³

Naquele contexto, como em outros anteriores, o anticomunismo foi expresso por um conjunto de imagens e representações pejorativas acerca de um mundo comunista genérico e indefinível. Muitas dessas representações apresentam um forte tom religioso, misturando no mesmo discurso moral cristã, modelo

¹ A palavra da primeira dama do estado. *O Estado*, Florianópolis, 19 abr. 1964, n. 14911, ano XLIX, p. 11.

² Ação Democrática Popular. Carta de princípios. *O Estado*, Florianópolis, 31 ago. 1962, n. 14515, ano XLIX, p. 2.

³ Ao povo. *O Estado*, Florianópolis, 23 set. 1962, n. 14532, ano XLIX, p. 7.

democrático ocidental e sistema econômico capitalista. Segundo essas representações anticomunistas,

a ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta levaria ao pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas” (MOTTA, 2002, p. 48).

Depois de 1964, com a ditadura civil-militar, a perseguição aos comunistas se intensificou, à medida que se colocava uma política de desestruturação dos partidos e demais grupos políticos marxistas.⁴ Os discursos anticomunistas, incrementados pelas disputas políticas da Guerra Fria, chegaram à década de 1960 evidenciando a permanência de símbolos e representações negativas do imaginário conservador. Reelaborados nesse novo contexto, “em grande medida, as representações anticomunistas divulgadas significavam uma continuidade com a tradição iniciada logo após os eventos de 1917 e consolidada na década de 1930” (MOTTA, 2002, p. 243). Na década de 1960 foram recuperados os temas clássicos do repertório anticomunista, “como as denúncias acerca dos sofrimentos no mundo comunista, a associação do comunismo à imagem do mal (demônios, doença, violência) e a práticas imorais, bem como a concepção de que se trataria de proposta estrangeira, fenômeno importado” (MOTTA, 2002, p. 243-4).

O imaginário anticomunista assumiu diferentes características, durante o século XX, marcado pelas particularidades dos grupos e lugares sociais em que foi elaborado e reelaborado, sendo possível até mesmo falar em vários “anticomunismos”. Para Motta (2002, p. 15),

o anticomunismo é, antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que, nos momentos de conflito agudo, os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum.

De forma geral, pode-se definir como matrizes para o anticomunismo no Brasil, entre outras, o catolicismo e o nacionalismo. Para as lideranças católicas, o comunismo era um inimigo irreconciliável e um desafio à sobrevivência da religião. Para eles, segundo Motta, “o comunismo seria apenas o inimigo mais recente, para uma instituição que se sentia acostumada a grandes desafios e se imaginava vítima da perseguição dos adversários de Deus” (MOTTA, 2002, p. 18). Quanto à matriz nacionalista, em sua faceta mais conservadora, apresentava o comunismo como “o inimigo, o estrangeiro, o ‘outro’ que ameaçava despedaçar a unidade do corpo nacional” (MOTTA, 2002, p. 31). Por outro lado, “para os nacionalistas, o discurso internacionalista dos comunistas e sua vinculação ao Estado soviético eram atitudes inaceitáveis”, devendo a defesa da nação e da unidade nacional “estar acima de quaisquer considerações, fossem elas de natureza social, econômica ou política, e os valores nacionais não poderiam jamais

⁴ Para uma análise do sistema de repressão montado contra a oposição, Cf. Fico (2001).

ser suplantados por uma ordem internacional” (MOTTA, 2002, p. 32).

Essa suposta infiltração comunista também foi combatido por um conjunto de “entidades cívicas femininas que, se apresentando publicamente como *mães, esposas e donas de casa*, investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista” (CORDEIRO, 2009, p. 43). Entre outros, destacavam-se grupos como a CAMDE, estruturada principalmente no Rio de Janeiro, a União Católica Feminina (UCF), de São Paulo, e a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), de Minas Gerais. O maior entre esses movimentos de mulheres, a CAMDE, estruturou núcleos em diferentes estados, como Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em Santa Catarina, a CAMDE foi fundada em 17 de janeiro de 1964, apresentando-se como um “movimento de civismo e brasilidade”.⁵ No seu primeiro manifesto difundido no estado, a CAMDE alertava que estaria “a Nação atravessando um dos períodos mais graves de sua História”, afirmando-se que “a mulher de Santa Catarina não poderá permanecer indiferente”. Nesse documento também eram lançados alguns pontos programáticos, como a defesa da “Democracia autêntica, livre da influência exótica, num movimento apartidário de legítima defesa de nosso lar, de nossa fé – de nossas liberdades políticas”.⁶

Embora criada em Santa Catarina somente às vésperas do golpe de 1964, em âmbito nacional a CAMDE surgiu dois anos antes. Fundada em 12 de junho de 1962, no Rio de Janeiro, “seu

primeiro protesto público ocorreu alguns dias depois, quando 30 senhoras de dirigiram aos jornais com o objetivo de protestar contra a indicação de San Tiago Dantas para primeiro-ministro do governo João Goulart” (PRESOT, 2010, p. 80). Essa associação se caracterizava pela formulação de um discurso anticomunista e que se autodefinia como “apartidário” e comprometido com a “defesa da democracia”, sustentada primordialmente pela “luta contra o comunismo e qualquer outro regime de força”. Nos documentos da CAMDE, “democracia e anticomunismo se fundiam para dar a tônica de um discurso que se caracterizava por defender pressupostos bastante autoritários” (CORDEIRO, 2009, p. 104).

O programa da CAMDE articulava imagens religiosas, em torno da defesa da família. No seu discurso, a mulher, apresentada exemplo de honra e moral, tinha, enquanto mãe, a importante tarefa a cumprir em defesa da pátria ameaçada pela perigosa subversão comunista. Segundo Solange Simões, “o objetivo central manifesto daqueles grupos femininos era a luta pelos valores cristãos e pela democracia. Falavam também em defesa da liberdade, das conquistas do regime democrático e do seu contínuo aperfeiçoamento” (SIMÕES, 1985, p. 42). Ressaltavam, também, as qualidades da nacionalidade brasileira, construída a partir de certa ideia de heroísmo e de luta contra diferentes formas de opressão. Naquela conjuntura, a luta era contra o comunismo, “insistentemente apresentado como o regime da violência e do terror” (SIMÕES, 1985, p. 55).

Esse movimento feminino compunha organizativa e ideologicamente um bloco de grupos civis cujo programa balizava-se na articulação entre um

⁵ Hoje: conferência da CAMDE. *A Gazeta*, Florianópolis, 17 jan. 1964, n. 7544, ano XXX, p. 8.

⁶ Manifesto da Campanha da Mulher pela Democracia. *O Estado*, Florianópolis, 21 jan. 1964, n. 14851, ano XLIX, p. 1.

discurso religioso e um pensamento político e militante de oposição a João Goulart. O grupo fazia um chamado para que as mulheres deixassem os lares e se envolvessem na política, pois esta seria uma forma de salvar a família ameaçada pelos perigos então colocados. O comunismo era encarado como um perigoso inimigo defendido e propagandeado não apenas pelas organizações marxistas, mas também supostamente pelo governo João Goulart e até mesmo por alguns sindicatos. Essa era a ameaça contra as quais aquelas mulheres deveriam se levantar. Dessa forma,

a associação feminina fundamentava suas posturas políticas a partir da oposição binária entre comunismo de um lado e democracia de outro. Para que esta última fosse mantida, e junto com ela instituições como a família e a Igreja, precisava estruturar-se em bases fortes e, desta forma, manter afastada a *ameaça comunista*. Justificavam-se, então, pela vontade de preservar as instituições ocidentais então ameaçadas, a deposição do governo reformista de João Goulart, a intervenção militar de 1964 e o caminho traçado para a institucionalização da ditadura a partir de então (CORDEIRO, 2009, p. 105).

Em âmbito nacional, pode se caracterizar estes movimentos conservadores de mulheres como movimentos burgueses ou se setores médios abastados. Eram formados por mães, filhas e esposas de famílias burguesas e, em alguns casos, de tradição no comando do poder do local ou nacional, como no caso da família Ramos, em Santa Catarina. Sabe-se que “as mulheres que fundaram e dirigiram esses grupos comungavam de algumas características, como a de pertencer à

elite e serem esposas ou mães de empresários ou militares graduados” (PRESOT, 2010, p. 80). Nesse sentido, pode-se apontar que as experiências de classe dessas mulheres explicam em grande medida suas posições conservadoras e, principalmente, os métodos e a logística de sua atuação, privilegiando o combate ideológico na imprensa e a construção de marchas que aglutinavam amplos setores da sociedade civil.

Contudo, apenas a relação econômica de classes não explica a constituição desse tipo de movimento conservador. Havia um contexto conservador que não iniciou com a CAMDE nem se encerrou com o fim da ditadura civil-militar, em 1985. Esses momentos misturavam em maior ou menor grau, dependendo de cada movimento, uma miríade de formulações teóricas e filosóficas das mais diversas. Talvez a característica mais forte desse pensamento seja o anticomunismo, na medida em que este ameaçaria a liberdade, a democracia e a família, e que vinha se expressando no Brasil havia décadas, por meio de livros, jornais, revistas, charges, entre outros.

Contudo, o anticomunismo cruzou-se com um forte conservadorismo religioso, numa relação estabelecida em um período anterior ao golpe de 1964. O cruzamento do conservadorismo religioso com o anticomunismo se expressa, entre outros, no integralismo de Plínio Salgado e no ideário da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, conhecida pela sigla TFP, liderada por Plínio Ferreira de Oliveira. Essas duas expressões do conservadorismo tanto expressaram preocupações com as tradições cristãs como combateram ferrenhamente o comunismo.

Contudo, não é apenas a existência de um forte tipo de pensamento conservador no Brasil que explica o surgimento de grupos como a CAMDE e a UCF. Parece haver uma contradição nesses movimentos, afinal são movimentos de mulheres politicamente engajadas que defendem as estruturas da sociedade que as oprime. Quando o país passou pelo suspense provocado pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961, a “dona do lar” e “mulher-mãe”, que “confia em Deus”, teria cumprido importante papel como “responsável direta pela própria ordem das coisas no lar”, sendo então chamada de “heroína anônima”.⁷

Poucos anos depois, essas mesmas “heroínas do lar” organizavam grandes marchas e discursavam em público para milhares de pessoas em inúmeras capitais do país. Poucos dias depois do golpe, dizia a CAMDE, “integrada por uma plêiade de distintas senhoras e senhoritas de nossa sociedade”, depois de “passado o primeiro período de lutas em prol da Democracia no país, com a vitória das forças democráticas”, as mulheres brasileiras tiveram “papel preponderante, organizando associações cívicas, e pugnando pelo desbaratamento completo dos inimigos da Democracia – o Comunismo”.⁸

Observa-se, dessa forma, uma aparente contradição, ou seja, mulheres que optam não pela luta contra a opressão familiar e pela igualdade com os homens, mas pela manutenção da sociedade de classe, em defesa da ordem institucional que protege as

relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, das estruturas patriarcais de dominação. Quando se analisa esses movimentos de mulheres, verifica-se que eles não foram às ruas defender o “público”, mas o “privado”, ou seja, “a família, a propriedade e as liberdades individuais, que seus orientadores masculinos diziam-lhes estar seriamente ameaçadas” (SIMÕES, 1985, p. 53). Esses movimentos não visavam romper com o tradicional lugar reservado à mulher, sendo fundamental “a permissão do marido para que essas mulheres agissem politicamente” (CORDEIRO, 2009, p. 107).

Portanto, para compreender esse processo, que mobilizou amplos setores populares, não é possível olhar apenas para aspectos isolados, como o econômico ou o cultural. Faz-se necessário entender um processo em que se cruzaram interesses econômicos dominantes de alguns setores burgueses, um projeto militar de desenvolvimento para o Brasil e uma diversidade de ideologias conservadoras de diferentes matizes que circulam no país desde pelo menos o começo do século XX.

Dessa forma, produzem-se militantes ideologicamente conservadores, não apenas femininos, mas masculinos, que possuem preparação teórica e política para encabeçar certos movimentos de massas, liderar grupos ideológicos e garantir a manutenção da hegemonia em cada momento. Quanto às mulheres, deixaram o papel de “heroína do lar” para se tornarem personagens políticas importantes no contexto do golpe e, inclusive, para os governos que a ela se seguiram. Contudo, elas deixavam apenas temporariamente seu lugar original. Essas mulheres lutavam para que pudessem manter a mesma posição na sociedade, ou seja, se atuavam na esfera pública, era para defender um

⁷ RODRIGUES, J. S. A heroína do lar. *A Gazeta*, Florianópolis, 20 set. 1961, n. 6923, ano XXVII, p. 4.

⁸ CAMDE: dinamização de seu trabalho pela recuperação econômico-financeira do Brasil – Reunião da seção catarinense. *A Gazeta*, Florianópolis, 24 abr. 1964, n. 7609, ano XXX, p. 8.

modelo de família que a subversão comunista poderia colocar em risco. Assim, a “heroína do lar” tornou-se líder política na vida pública para que na vida privada pudesse continuar a ser a mãe, esposa, enfim, a dona do lar numa sociedade pretensamente saudável.

Esta foi uma ideologia que se espalhou por boa parte da sociedade, garantindo, pelo menos em alguns setores da sociedade e em alguns lugares, um grande domínio cultural e ideológico. Por meio da reprodução dos símbolos dessa dominação, marcadamente católicos e anticomunistas, pôde-se por algum tempo e em algumas camadas da população convencer do poder e da necessidade da segurança e do desenvolvimento, conceitos da Escola Superior de Guerra (ESG) que passaram a permear os projetos de governo. No papel de mãe e de esposa, sem a necessidade premente de abandonar o lar para garantir sua função na sociedade, algumas mulheres garantiram por meio da educação a reprodução de ideologias conservadoras e costumes religiosos. Infelizmente, algumas dessas ideias, entre elas o papel da mulher como “dona do lar”,

permanecem ainda presentes na sociedade contemporânea.

Referências

CORDEIRO, J. M. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.

FICO, C. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PRESOT, A. Celebrando a Revolução: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, D; QUADRAT, S. V. (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 2.

SIMÕES, S. D. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Recebido em 2014-04-08
Publicado em 2014-08-11